



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2011, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES AUXILIARES E DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS E A EMPRESA WORKS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

PROCESSO Nº 71000.047760/2010-17

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS**, CNPJ sob o nº 05.756.246/0001-01, com sede no Bloco "C", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, neste ato representado pelo Titular da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, o Senhor **JOSÉ MAURÍCIO SALGADO**, brasileiro, titular da Cédula de Identidade nº M181617 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 014.577.306-00, nomeado pela Portaria nº 121, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2010, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **WORKS CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ/MF sob nº 56.419.492/0001-09, com sede à Praça das Dracenas, 78, Sala 1 B, Centro Comercial Alphaville, Barueri/SP, CEP 06453-064, neste ato representada pelo seu Procurador, o Senhor **VALDECIR MANOEL DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 17532197-8, expedida pelo SSP/SP, CPF nº 027.075.398-21, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram entre si o presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta aprovada pela Consultoria Jurídica, por meio do Parecer CONJUR/MDS nº 0732/2010 e de acordo com a Lei nº 8.666/93, e demais normas que regem a espécie, observando o que consta nos autos do Processo nº 71000.047760/2010-17, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares, de natureza acessória, instrumental e/ou complementar, para atender a demanda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, para auxiliar servidores deste Ministério na execução dos programas e projetos sociais desenvolvidos por esta Pasta, em conformidade com as especificações estabelecidas no Edital e no Termo de Referência que originou a presente contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS

Da Execução dos Serviços:

2.1 Os serviços serão executados na sede do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em suas diversas unidades em Brasília-DF

2.2 Os serviços a serem executados compreendem as categorias abaixo, até as quantidades descritas abaixo, para cada tipo de postos de serviços:

2.2.1 Serviço de Apoio Administrativo – Nível I = 51 (cinquenta e um) Postos,

2.2.2 Serviço de Apoio Administrativo – Nível II = 91 (noventa e um) Postos,

2.2.3 Serviço de Apoio Administrativo – Nível III = 78 (Setenta e oito) Postos,

2.2.4 Serviço de Apoio Administrativo – Nível IV = 117 (cento e dezessete) Postos,

Dos Critérios de Acompanhamento, Controle e Aceite dos Serviços:

2.3 A CONTRATANTE, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e/ou do fiscal do contrato, poderá, ao seu exclusivo critério, exigir a imediata substituição de profissionais alocados para execução dos serviços contratados.

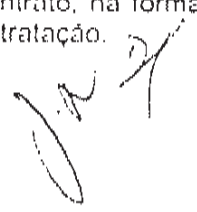
2.4 A CONTRATANTE poderá também rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com as condições e parâmetros previstos em Contrato, estabelecidos em norma legal ou na respectiva ordem de serviço, sob o aspecto de quantidade, de qualidade e/ou técnico.

2.5 A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados a bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, que sejam decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar a CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer, a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

2.6 A CONTRATADA deverá manter atualizado e disponível à CONTRATANTE, Diário de Ocorrências contendo os registros de fatos relativos aos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal etc.

2.7 O pagamento dos serviços prestados neste contrato somente será realizado após o recebimento e conferência, pela CGRH e fiscal contratual, da anuência aos serviços prestados, pela unidade em que os profissionais prestaram seus serviços.

2.8 A CONTRATADA deverá encaminhar à Coordenação-Geral de Recursos Humanos e/ou o fiscal do Contrato, juntamente com o relatório mensal de serviços, o registro da frequência de seus empregados e cópia da correspondente folha de pagamento. Eventuais faltas e atrasos serão deduzidos do valor da fatura mensal dos serviços executados no período, exceto se devidamente substituídos por profissionais especificamente alocados ao contrato, na forma estabelecida pelo Termo de Referência e Edital de regulamentam esta contratação.



2.9 Em razão da ausência de parâmetros históricos que fundamentem adequadamente a futura avaliação dos serviços utilizados pela CONTRATANTE, serão definidos parâmetros de desempenho e de penalização pecuniária pelas falhas na execução do serviço, praticadas pela CONTRATADA, nos termos do item 7.1 deste Contrato, mediante prescrições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e respectivo contrato. Os critérios serão adotados sob condição de Acordo de Nível de Serviços - ANS entre as partes, previsto na Instrução Normativa SLTI nº 2, de 2008, alterada pela Instrução Normativa SLTI nº 3, de 2009.

2.10 A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços que lhes couber, na forma da legislação em vigor.

2.11 Sem prejuízo do disposto no Termo de Referência, a fiscalização do contrato obedecerá às disposições do Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MP nº 3, de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.12 Os pagamentos mensais periódicos, pela CONTRATANTE, condicionar-se-ão à efetiva comprovação de que a CONTRATADA cumpriu todas as suas obrigações, especialmente as de natureza trabalhista, previdenciária, social e fiscal, quanto aos profissionais alocados a serviços realizados em benefício do MDS, na forma prescrita pelo Termo de Referência, no Edital e/ou na legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:


3.1 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, na forma pré-estabelecida no item 5 do Termo de Referência.

3.2 Fornecer os crachás de identificação, de uso obrigatório para acesso às dependências do Órgão, do primeiro ao último dia de prestação de serviços, conforme modelo proposto pela CONTRATANTE.

3.3 Apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, relação nominal, contendo o nº do CPF dos empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, seus respectivos endereços residenciais, unidade administrativa do MDS à qual prestou o serviço, localizações físicas dos locais de trabalho e telefones para contato, devendo comunicar qualquer alteração.

3.4 Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante legal ou preposto, para tratar de todos os assuntos relacionados a este contrato, junto à CONTRATANTE, sem ônus adicional para o Ministério.

3.5 Cumprir a legislação fiscal, trabalhista, previdenciária e social relativamente a todos os profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho, ao pagamento do salário no prazo da lei, apresentando, previamente, à CONTRATANTE, calendário de pagamento dos prestadores de serviços que exercem suas atividades no MDS.

- 3.6 Iniciar, após recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência e em Edital.
- 3.7 Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos por força da Lei.
- 3.8 Prever e prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço, demissão e outras hipóteses análogas, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 3.9 Atender de imediato as solicitações para a substituição de pessoal considerado inadequado para a prestação dos serviços.
- 3.10 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes do Termo de Referência.
- 3.11 Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura.
- 3.11.1 O relatório mensal de frequência deverá conter, também, informação sobre a unidade administrativa da CONTRATANTE onde o prestador de serviços exerce suas atividades, para contato e acompanhamento por parte do fiscal do contrato.
- 3.12 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.
- 3.13 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações obriga-se prontamente a atender.
- 3.14 Fornecer aos seus empregados vale-alimentação/refeição, no mínimo nas mesmas condições estabelecidas em dissídios, acordos ou convenções coletivas, se houverem.
- 3.15 Fornecer aos empregados vale transporte (desde o endereço residencial do prestador de serviço até o local de trabalho e vice-versa), bem assim o Plano de Saúde Básico, sujeito às alterações estabelecidas em dissídios, acordos ou convenções coletivas, se houverem.
- 3.16 Arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, não transferindo a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem onerando o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo subsidiário ou de solidariedade ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 3.17 Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto do contrato, como condição fundamental para o atesto e liberação dos pagamentos das faturas apresentadas ao Ministério.
- 3.18 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de seus empregados, quando em
- 

serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

3.19 Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto ao MDS ou a terceiros, desde que comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

3.20 Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

3.21 Reconhecer que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Ministério, não exime a CONTRATADA de sua total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

3.22 Elaborar e apresentar ao MDS, mensalmente, relatório detalhando o quantitativo por categoria dos serviços prestados, além de outros relatórios, relacionados ao Contrato, solicitados pela CONTRATANTE.

3.22.1 O Relatório Mensal servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

3.23 Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da Contratante, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações.

3.24 Ressarcir eventuais despesas de telefonia que porventura venham a ser apuradas em decorrência da utilização indevida, por seus empregados, de linhas diretas e ou ramais com aparelhos de telefone e/ou fax.


3.25 Manter os postos e funções ocupadas durante os afastamentos de empregados em decorrência de faltas, férias ou qualquer outro motivo, devendo todas as substituições serem comunicadas por escrito à CONTRATANTE, sendo que os empregados substitutos deverão ser orientados sobre a natureza dos serviços e, necessariamente, ser apresentado a CONTRATANTE pelo preposto da CONTRATADA.

3.25.1 Assegurar que os profissionais substitutos tenham a mesma qualificação, competência e experiência dos substituídos, condicionando-se à aprovação da CONTRATANTE.

3.26 Efetuar os pagamentos mensais aos seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fim do mês respectivo, demonstrando o recolhimento no prazo legal de todos os encargos decorrentes desta contratação.

3.26.1 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que lhe for solicitado, as comprovações de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais, inclusive, entrega de vales-transporte, tickets-alimentação e planos de saúde, discriminadas nominalmente mediante relatório mensal detalhado, conforme condições regularmente estipuladas.

3.27 Abster-se de utilizar eventuais atrasos no pagamento de fatura, pelo MDS, decorrente de falhas no faturamento, falta de documentação exigida ou outras razões, como causa da não-realização dos pagamentos aos seus empregados, nas datas regulamentares.



3.28 Manter os seus empregados atualizados tecnologicamente, arcando com todos os ônus, referentes aos treinamentos e participação em eventos de natureza técnica e/ou operacional que permitam a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:


- 4.1 Acompanhar e efetuar a fiscalização dos serviços contratados, devendo para tanto nomear fiscal de contrato que se responsabilizará pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste Contrato.
- 4.2 Disponibilizar os locais e os meios materiais para a execução dos serviços.
- 4.3 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 4.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
- 4.5 Autorizar o acesso às dependências do CONTRATANTE, de todos os profissionais envolvidos nos serviços, desde que devidamente identificados.
- 4.6 Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer prestador de serviço ou preposto cujo desempenho ou atuação seja considerado inadequado aos padrões de comportamento das áreas de trabalho no Serviço Público, produza complicações para a supervisão e fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atividades e tarefas que lhe tenha sido designadas.
- 4.7 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 4.8 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1 Pelos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os preços mensais abaixo indicados, por posto de serviço efetivamente executado, levando-se em consideração cada categoria de serviço a seguir relacionada:

a) Apoio Administrativo Nível I	R\$ 2.202,49
b) Apoio Administrativo Nível II	R\$ 2.959,11
c) Apoio Administrativo Nível III	R\$ 3.166,40
d) Apoio Administrativo Nível IV	R\$ 4.128,60

5.2 O valor total mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 1.114.691,64 (um milhão, cento e catorze mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos), perfazendo o valor total global estimado de R\$ 13.376.299,65 (treze milhões, trezentos e setenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).



CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no volume de serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, e documentos anexos, que ocorrerá até o quinto dia útil subsequente ao da prestação do serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes: (1º) recolhimento dos Encargos Sociais (FGTS e INSS), relativos ao mês anterior ao da prestação dos serviços; (2º) do respectivo relatório de atividades, no qual constem os descontos a serem procedidos, em virtude de postos de serviço que tenham ficado descobertos durante o mês de referência; (3º) dos documentos de comprovação de atendimento às ressalvas e restrições apontadas pela Fiscalização Contratual; (4º) documentos que comprovem entrega tempestiva, aos seus empregados, de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou sociais.

7.2 Os apontamentos elaborados formalmente pela Fiscalização Contratual ou pela área competente, por apuração própria ou fundamentada nas respostas de consultas formuladas às áreas fim e meio do MDS, em que atuem os profissionais terceirizados, serão utilizados como parâmetro de redução de preço mensal, conforme condições estabelecidas em Acordo de Níveis de Serviço adotado entre as partes contratadas.

7.2.1 Os descontos estabelecidos no item 7.2 serão realizados: (1º) à proporção de 1/44 (um quarenta e quatro avos) do valor mensal do posto para cada respectivo atraso diário superior a 15 minutos; (2º) à proporção de 1/22 (um vinte e dois avos) do valor mensal do posto para cada dia de atraso, além do prazo-limite de apresentação de novo profissional em substituição; e (3º) à proporção de 1/11 (um onze avos) do valor mensal do posto para cada falta diária e/ou posto descoberto.

7.2.2 Entende-se por posto descoberto a ausência igual ou superior a 1 (uma) hora/dia, do funcionário alocado à respectiva prestação dos serviços.

7.3 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária contra o Banco do Brasil S.A., e creditada no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial.

7.3.1 O crédito para pagamento deste item será suspenso nos casos de descumprimento das regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, estabelecidas pelo art. 19-A da Instrução Normativa SLTI nº 2, de 2008, e modificações, conforme condições dispostas no edital do procedimento licitatório até que a situação seja comprovadamente regularizada.

7.4 Na forma disposta no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e na Instrução Normativa nº 306, de 2003, da Secretaria da Receita Federal - SRF, na ocasião dos pagamentos a CONTRATANTE reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o

Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre pagamentos que efetuar à CONTRATADA.

7.4.1 Antes de efetuar cada pagamento à CONTRATADA, realizará consulta ao SICAF para confirmar a regularidade de suas condições de habilitação, conforme as exigências do processo licitatório, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo correspondente.

7.5 O valor correspondente à aplicação de multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, ou deduzido da garantia contratual, que deverá, neste caso, ter seu valor reposto em até 15 dias corridos, ao critério exclusivo do MDS. Na eventualidade daquela quantia exceder o crédito ou garantia existentes, a diferença, no caso de não adimplida, será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.

7.6 O Relatório Mensal referenciado no Termo de Referência, item 12.22 servirá de base para o faturamento mensal dos serviços e deverá ter uma cópia juntada ao processo de pagamento mensal.

7.7 Em razão da súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da Instrução Normativa nº 03/2009, que somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, de acordo com o art. 19-A da IN/SLTI/MOPG nº 02/08, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO

8.1 Os preços poderão ser repactuados, desde que por solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, após o decurso mínimo de um ano da data do acordo, da convenção ou do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, no Distrito Federal, vigente à época da apresentação da proposta.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas com a execução dos serviços objeto do presente Contrato, neste exercício, correrão à conta do orçamento específico da: Funcional Programática 081220/5020000001, PTRES 007584, FT, 0151, ND 33.90.37, PI 12000405046, reservado na Unidade Gestora 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração.

9.2 Para tanto foi emitida a Nota de Empenho nº 2011NE800023.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1 Para garantir o fiel cumprimento desta contratação, a CONTRATADA prestará garantia, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste Instrumento, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos termos do artigo 56 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666, de 1993, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual ou da data de satisfação de eventual pendência de natureza financeira junto à CONTRATANTE, dentre estas a maior.

10.2 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação.

10.2.1 Na hipótese de que este pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia poderá ser utilizada para depósito em juízo trabalhista destinado ao pagamento das verbas trabalhistas pendentes, realizado diretamente pela Administração.

10.3 Obrigatoriamente, a garantia deverá cobrir, também, eventuais penalidades de multas contratualmente estabelecidas e reposições ao erário, pela CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1 A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração e judicial, nos termos do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 Conforme os termos e condições estabelecidos no Edital e Termo de Referência, sempre que a CONTRATADA deixar de cumprir integralmente sua proposta e/ou de manter durante a execução do Contrato todas as condições habilitatórias que lhe garantiram a vitória na licitação, prejudicando, desse modo, a presente contratação, estará sujeita à sanção de multa no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor deste instrumento, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicada em dobro no caso de reincidência

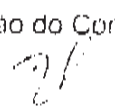
12.2 O atraso injustificado na execução do objeto implicará em multa de mora em desfavor da CONTRATADA, a qual será computada sobre o valor da nota fiscal conforme especificações a seguir:

a) do 1º (primeiro) ao 30º (trigésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso;

b) do 31º (trigésimo primeiro) ao 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso: aplicação de multa de 0,044% (quarenta e quatro milésimos por cento) por dia de atraso;

c) do 46º (quadragésimo sexto) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso: aplicação de multa de 0,050 (cinquenta milésimo por cento) por dia de atraso

d) Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão flagrante inexecução do Contrato



12.3 A multa que alude o item 12.2 não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este Contrato, e aplique as outras sanções previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

12.4 Previamente à aplicação de multas previstas neste artigo, ou de qualquer outra sanção, poderá a CONTRATADA apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que for notificada.

12.5 Se a multa for de valor superior ao da garantia financeira prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

12.6 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou, ainda, pelo descumprimento de obrigação contratual, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) Advertência;
- b) Multa, conforme previsto no Termo de Referência que originou a presente contratação;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MDS, por prazo de até dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.7 A critério do CONTRATANTE, as sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as previstas na alínea 'b', facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

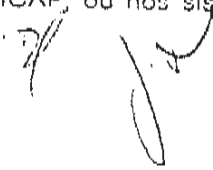
12.8 A sanção relativa à alínea 'd' do subitem 12.6 é de competência exclusiva do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

12.9 As sanções serão devidamente cadastradas no SICAF.

12.10 Da sanção aplicada, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

12.11 Caberá ao Ordenador de Despesas, após o devido processo legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela aplicação da sanção administrativa cabível.

12.12 A licitante que ensejar o retardamento da execução da presente licitação, não mantiver a proposta oferecida, falhar ou fraudar a execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 Este contrato vigorará por 12 (doze) meses, a partir de **07/02/2011**, podendo, no interesse da Administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, no mês subsequente ao de sua assinatura, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

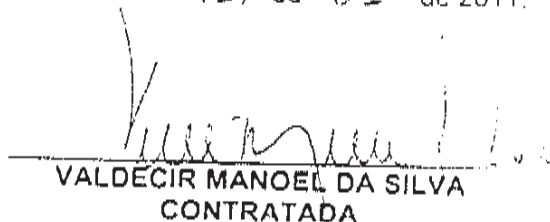
16.1 O Foro para dirimir as questões advindas deste Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que ficará arquivado na Coordenação-Geral de Licitações e Contratos deste Ministério, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Brasília-DF, 17 de 02 de 2011.

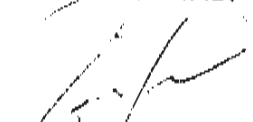


JOSE MAURÍCIO SALGADO
CONTRATANTE




VALDECIR MANOEL DA SILVA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Nome: Daniel Pereira
CPF: 05.694.938-67



Nome: SANDRA MARIA VICENTE JACONI
CPF: 09136983187